

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0060340-15.2007.8.17.0001 (0240925-8)
COMARCA: RECIFE
VARA: 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EMBARGANTE: GIVANILSON GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO: HENRIQUE MARCULA LIMA
EMBARGADO: 3ª CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONTRADIÇÃO. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DO JÚRI POR SER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. O CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU POR UMA DAS TESES APRESENTADAS PELAS PARTES. INCIDÊNCIA DA SUMULA 83 DO TJ/PE. CONTRADIÇÃO. INADEQUADA ALTERAÇÃO DA REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA PARA 1/3. INACOLHIMENTO. REDUÇÃO PROPORCIONAL AO *ITER CRIMINIS* DA AÇÃO DELITUOSA. CONTRADIÇÃO. ERRO NO CÁLCULO DA REDUÇÃO DA PENA. REJEITADA. CÁLCULO CORRETO. CONTRADIÇÃO. NECESSIDADE DE ANULAÇÃO DA DECISÃO DE 1º GRAU E REMESSA DOS AUTOS PARA O JUÍZO DE ORIGEM. IMPROCEDÊNCIA. REDIMENSIONAMENTO DA PENA REALIZADO ATRAVÉS DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO *PARQUET* NESSE SENTIDO. CONTRADIÇÃO. APLICAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AO ACUSADO. CONTRADIÇÃO ENTRE A PENA IMPOSTA NA SESSÃO DE JULGAMENTO E A PENA CONSTANTE NO ÁCORDÃO. PROCEDE. COMPROVADO ERRO DE DIGITAÇÃO NO ITEM 3 DO ÁCORDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. DECISÃO UNÂNIME.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

1. A pretensão de reexame da matéria que se constitui em objeto do *decisum*, à luz de argumentos e dispositivos constitucionais alegadamente relevantes para a solução da *quaestio juris*, na busca de decisão infringente, é estranha ao âmbito de cabimento dos embargos declaratórios, definido no artigo 619 do Código de Processo Penal, podendo implicar, ainda, flagrante usurpação de competência dos Tribunais Superiores.
2. Não há qualquer contradição no tocante a decisão desta Câmara de manter a condenação do Embargante pelo crime de homicídio qualificado, por estar a decisão dos jurados amparada pelos elementos apontados pelo *parquet*. Incidência da Súmula 83 do TJ/PE.
3. Justifica-se a redução da pena pela tentativa na fração proporcional de 1/3 (um terço) quando verificada o *iter criminis* praticado e este, juntamente com a dificuldade do socorro prestado a vítima após o intento homicida, assim autorizar.
4. Hipótese em que a redução de 1/3 incidiu sobre a pena-base de 13 anos de reclusão, perfazendo uma reprimenda final de 08 anos e 08 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado.
5. Não configura ofensa a soberania do Júri o redimensionamento da pena realizado pelo Tribunal quando o Ministério Público interpõe recurso de apelação nesse sentido.
6. Comprovada a contradição no acórdão que, por erro de digitação, impôs ao Embargante a pena de 08 anos e 09 meses de reclusão, divergindo do seu próprio texto que reconhece a condenação, a unanimidade, a pena de 08 anos e 08 meses de reclusão.
7. Embargos de Declaração conhecido e provido em parte. Decisão unânime.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração na Apelação nº 0060340-15.2007.8.17.0001 (0240925-8), da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, em que figura(m), como Embargante, **Givanilson Gonçalves da Silva** e, Embargado, **3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco**, **ACORDAM** os

EBGF

[Assinatura]
8



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em conhecer e prover em parte os Embargos, apenas para corrigir a contradição oriunda do erro de digitação do item 3 do acórdão de fls. 557/558, a fim de esclarecer que a pena do Embargante foi redimensionada para 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, mantendo-se a decisão desse colegiado em seus demais termos**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 21 de 09 de 2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº	0060340-15.2007.8.17.0001 (0240925-8)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EMBARGANTE:	GIVANILSON GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO:	HENRIQUE MARCULA LIMA
EMBARGADO:	3ª CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Givanilson Gonçalves da Silva recorre do acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0060340-15.2007.8.17.0001 (0240925-8), impetrado em seu favor, junto à 3ª Câmara Criminal deste tribunal, que, por unanimidade, negou provimento ao referido apelo e deu provimento ao apelo do Ministério Público do Estado de Pernambuco (fls. 557/558), para individualizar a pena e redimensionar o percentual utilizado para a redução da sanção pela tentativa.

O Embargante, às fls. 578/599, requer a correção de possíveis omissões ou contradições no referido acórdão, sob os seguintes fundamentos: **a)** que não participou do crime que lhe foi imputado sendo, portanto, contraditória a decisão desta Corte por não ter anulado o julgamento nos termos do art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP, já que não foram perquiridas as provas dos autos; subsidiariamente, argumenta que: **b)** que há contradição entre a reprimenda final constante nos votos do Relator e do Revisor que fixaram a sanção de 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, enquanto que no acórdão está registrada a pena de 08

EBGF



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

(oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão; **c)** que não é adequada ao caso concreto a redução da pena em 1/3 (um terço) pela tentativa e, ainda que o fosse, o cálculo da redução estaria errado; **d)** que há contradição no redimensionamento da pena, pois se esta Corte entendeu que a decisão de 1º grau não estava suficientemente fundamentada, deveria anular a sentença e determinar a remessa dos autos ao juízo *a quo* para nova condenação; e, por fim, **e)** que as circunstâncias judiciais autorizavam a imposição da pena-base no mínimo legal, sendo novamente contraditória a dosimetria formulada por este Tribunal.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 28 de 09 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº	0060340-15.2007.8.17.0001 (0240925-8)
COMARCA:	RECIFE
VARA:	4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EMBARGANTE:	GIVANILSON GONÇALVES DA SILVA
ADVOGADO:	HENRIQUE MARCULA LIMA
EMBARGADO:	3ª CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Em síntese, o mérito do presente recurso trata da insatisfação do Embargante com o acórdão que manteve, à unanimidade, a sua condenação pelo crime de homicídio qualificado, por entender que: **a)** é contraditória a decisão deste colegiado, já que as provas existentes nos autos demonstram que o mesmo não participou do delito; sustenta, ainda, subsidiariamente: **b)** que há contradição entre a reprimenda final imposta nos votos do Relator e do Revisor e o acórdão publicado; **c)** que há contradição na redução de 1/3 (um terço) da pena pela tentativa, bem como existe erro no cálculo efetuado na dosimetria realizada por este Tribunal; **d)** que há contradição no redimensionamento da pena, pois se a decisão de 1º grau não estava bem fundamentada deveria os autos retornar ao juízo *a quo* para novo pronunciamento; e, por fim, **e)** que há contradição nos fundamentos utilizados por esta Corte para o redimensionamento da pena, devendo ser mantida a fixação da pena-base no mínimo legal.

Inicialmente, vale frisar que o Embargo de Declaração não se presta a rediscussão do contexto probatório, especialmente quando este foi efetivamente apreciado pelo acórdão.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME E DE PREQUESTIONAMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCABIMENTO.

1. (...).

2. A pretensão de reexame da matéria que se constitui em objeto do *decisum*, à luz de argumentos e dispositivos constitucionais alegadamente relevantes para a solução da *quaestio juris*, na busca de decisão infringente, é estranha ao âmbito de cabimento dos embargos declaratórios, definido no artigo 619 do Código de Processo Penal, podendo implicar, ainda, flagrante usurpação de competência atribuída constitucionalmente ao Supremo Tribunal Federal, na via extraordinária.

3. (...).

4. Embargos rejeitados".(STJ. Edcl no Resp 312266/RJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2001/0033230-7, Ministro HAMILTON CARVALHIDO, DJ 05.09.2005)

Sendo assim, após uma análise profunda dos autos, verifica-se que não há qualquer contradição no tocante à decisão desta Câmara de manter a condenação do Embargante pelo crime de homicídio qualificado, por estar a decisão dos jurados amparada pelos elementos apontados pelo *parquet*, incidindo, assim, a **Súmula 83** do TJ/PE: "**Não pode ser considerada como manifestamente contrária a prova dos autos, a decisão do Conselho de Sentença que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes, fundadas nos elementos probatórios**".

Da mesma forma não há contradição na redução da pena pela tentativa na fração proporcional de 1/3 (um terço), posto que foram considerados o *iter criminis* praticado e a dificuldade do socorro prestado à



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



vítima após o intento homicida. Não há também qualquer erro de cálculo no momento da aplicação da referida redução, já que após o redimensionamento da pena, esta Câmara fixou a pena-base em 13 (treze) anos de reclusão, que serviu como base para o cálculo e não 12 (doze) anos, conforme alegou o Embargante

Não vislumbro contradição, também, no fato deste Sodalício redimensionar a pena imposta pelo juízo de 1º grau, uma vez que a decisão foi matéria de recurso de apelação imposto pelo Ministério Público, sendo, portanto, permitido a esta Corte, sem haver qualquer ofensa a soberania do Júri, a reanálise das circunstâncias judiciais do crime, as quais não autorizam a imposição da pena-base no mínimo legal.

Por fim, reconheço que há contradição entre a reprimenda fixada durante a sessão de julgamento, que fora de 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, conforme votos desta Relatoria (559/565) e do eminente Revisor (fls. 566/570), e a pena constante no item 3 do acórdão de fls. 557/558, que é de 08 (oito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, contudo, percebe-se facilmente que se trata de um erro de digitação, posto que ao final do acórdão consta claramente o seguinte texto:

"ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso do réu Givanilson Silva e dar provimento parcial ao apelo do Ministério Público, para redimensionar a pena comportando uma reprimenda final de 08 anos e 08 meses de reclusão"** (fl. 558).




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Com esses fundamentos, **voto** para que o presente recurso seja **conhecido e provido em parte**, apenas para corrigir a contradição oriunda do erro de digitação do item 3 do acórdão de fls. 557/558, a fim de esclarecer que a pena do Embargante foi redimensionada para 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, mantendo-se a decisão desse colegiado em seus demais termos.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator